

A VIVÊNCIA NA ESCOLA SOB A PERSPECTIVA DE SER POBRE NO ESPÍRITO

Lúcio Gomes Dantas¹ - UCSal e UNBEC
Elizabeth Tunes² - UnB e UniCEUB

Eixo Temático: Ensino Fundamental

Resumo

Esta comunicação pretende examinar o ser pobre sob o ângulo da ética e suas implicações com uma comunidade educativa. Trata-se da vivência de uma comunidade educativa e a relação que existe entre pobreza e aspectos éticos vivenciados no contexto escolar. A escolha dessa temática compreende-se sob os aspectos teológicos cristãos. Nessa perspectiva, a discussão se torna ética na medida em que o cenário social de pobreza material nos ajudou a compreender a pessoa do pobre sem vinculá-lo a um extrato social exclusivamente. Como descrição metodológica, utilizou-se uma observação vivencial em uma escola pública no Distrito Federal. Foram colaboradores a equipe gestora, educadores, estudantes e famílias. Recorreu-se aos ensinamentos cristãos baseados no Evangelho de Jesus Cristo, segundo São Mateus, especificamente o contido nas bem-aventuranças: “Bem-aventurados os pobres no espírito, porque deles é o Reino dos Céus”. A pobreza no espírito, ante o exposto, exige das pessoas uma atitude de liberdade e de independência, pois a pobreza cristã consiste em liberdade que se traduz em desprendimento de pessoas e coisas para permitir que a pessoa possa se desenvolver humanamente. Valor explicitado em virtudes clássicas, como sobriedade e simplicidade, ante os bens materiais, própria da mensagem cristã. Ao exercer seu papel singular diante da população a que se destina, a escola respondeu pelo reconhecimento do outro, pela integração e participação de seus atores, de modo a respeitar as identidades e os jeitos de viver daquelas pessoas que habitavam naquele espaço. Apontou-se que a pobreza, como um valor, esteve explícita em virtudes clássicas como sobriedade, solidariedade e simplicidade, além de ser, permanentemente, abrir-se ao outro e privilegiar as relações comunitárias. As relações humanas pautaram-se no convívio, no respeito às individualidades e ao enraizamento no lugar. Uma escola que vive essa relação exercita, em comum, o saber e a liberdade humanos.

Palavras-chave: Educação. Pobreza cristã. Ética. Bem-aventuranças.

¹ Doutor em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Psicologia. Especialista em Administração e planejamento escolar e licenciado em Filosofia. Professor da Universidade Católica de Salvador (UCSal). Diretor do Colégio Marista Patamares (UNBEC), Salvador, BA. E-mail: lucio@marista.edu.br.

² Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora associada e professora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Professora do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). E-mail: bethtunes@gmail.com.

Introdução

Esta Comunicação tem o propósito de refletir sobre a pobreza sob o jugo da Teologia cristã como critério ético. Ético por pautar a pobreza e a pessoa do pobre como modo de viver dentro do limite da realidade de cada um e sem ambicionar uma riqueza cumulativa baseada em bens materiais. O enfoque da pobreza aqui será o de não colocar a esperança nos bens materiais que, embora sejam necessários à nossa sobrevivência, são meios para realizar valores mais elevados e dignos da pessoa. Baseamo-nos nos ensinamentos de Jesus Cristo, não apenas por ele tratar os pobres como seus primeiros destinatários da Boa Nova, ou seja, de seu Evangelho, mas por fundar toda a sua mensagem sobre as bem-aventuranças dos pobres, em atitude em consonância com a defesa da vida. Isso leva a crer no entendimento do que seja pobre como muito além do campo econômico.

A teologia, ao dialogar com a pobreza, traz o desafio de penetrar na experiência e no conteúdo da fé humanos. Uma fé pensada e sentida, que ilumina essa reflexão do fenômeno da pobreza. Efetivamente, é importante a observação que Arendt (2010, p. 9) faz em relação à fé em Jesus Cristo, pois a sua “fé era intimamente relacionada com a ação”, ou seja, uma fé que leva a agir, enquanto para São Paulo a ênfase recai, antes de tudo, em uma fé ligada à salvação. Entendi, outrossim, que a liberdade é exercida na presença dos demais; portanto, ela exige a presença do espectador, precisamente porque a fé é um ato de liberdade. Ela exige também que o crente assuma a responsabilidade pelo mundo. A fé que se relaciona ao amor torna-se fonte de entendimento e de ação. O que faz mudar a vida da pessoa é o milagre de poder iniciar algo novo, o milagre de estar livre no mundo.

Escolhemos a perícopes do texto do *Sermão da Montanha*, proclamado no Evangelho de São Mateus (Mt 5,3), para dizer que são “Felizes os pobres no espírito, porque deles é o Reino dos Céus” (BÍBLIA, 2002, p. 1153). O Reino se faz presente onde os pobres encontram felicidade. Esse famoso Sermão tem uma função importantíssima dentro do Evangelho de São Mateus. Com ele, Jesus inverteu a lógica dos valores tradicionais de sua época: o Judaísmo cultivava a convicção de que a prosperidade material era sinal da bênção de Deus; contrariamente, a pobreza era sinal de maldição. Os bem-aventurados, os pobres no espírito, são reconhecidos porque choram, têm fome e misericórdia, são mansos e perseguidos, portanto, estão abertos à vontade de Deus.

Por que e para que tratar a temática da pobreza na perspectiva das bem-aventuranças? Todo gesto em direção ao outro, na alteridade, de viver uma vida pobre, ou seja, no

despojamento, pode aproximar as pessoas. Essa possibilidade decide, afinal, a proximidade e a distância que estabelecemos com as demais pessoas e com Deus. Ser bem-aventurado, na condição de pobre, fundamenta o amor direcionado ao próximo e a Deus. Torna-se uma expressão de um modo de ser feliz; quem é bem-aventurado privilegia a simplicidade e a liberdade em relação às coisas. Revela-se, assim, um valor de humildade, da experiência de uma pobreza interior em busca do amparo da condição humana. Ser livre para acolher o outro na condição em que ele nos vem. Dessa forma, a pobreza se expressa na pessoa e faz crescer seus valores no despojamento e na liberdade interior diante de toda criatura.

Nesse sentido, metodologicamente, escolhemos uma escola pública do Distrito Federal que oferecia o segmento educacional do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, divididos em dois ciclos: 1º ao 3º anos, primeiro ciclo, e 4º e 5º anos, segundo ciclo. Essa escola oferecia oficinas de temas pedagógicos para os estudantes e não somente o professor era responsável pela aprendizagem desse estudante. Por vezes, a direção e a equipe técnica, esta última composta pela orientadora educacional e uma psicóloga, participavam de ações pedagógicas em sala de aula, com o intuito de intervir na aprendizagem dos estudantes.

Foram colaboradores deste estudo, como recorte para este Congresso, três professoras, a diretora e cinco famílias de um assentamento rural, localizado nas cercanias da escola. Trabalhou-se com a perspectiva das histórias de vida (JOSSO, 2004; PASSEGGI, 2008) para conhecer os contextos escolares, com diálogos acerca da cultura escolar vinculada à situação de pobreza, e interpretou-se a produção de dados à luz da análise de conteúdo (BARDIN, 2013).

O percurso pelo qual se enveredou nessa pesquisa foi o de assumir as influências recíprocas em relação ao meio sociocultural estudado, reconhecendo o que era mutável, observável, contraditório, ambíguo ou ambivalente. Nesse caso, inicialmente a observação nessa escola teve caráter “exploratório”. Aos poucos, essa observação foi dando lugar a uma vivência que se configurou em uma observação vivencial, como forma de viver, na integralidade, os acontecimentos no *locus* da pesquisa, na condição de pesquisadores, ao valorizar o ambiente de estudo na intenção de gerar novos conhecimentos. Afinal, no ambiente da pesquisa o observável deve gerar novos conhecimentos.

Importante notar que o termo *observação* está associado ao da *vivência*. Nesse caso, empregamos o termo *vivência* no sentido que Prestes (2010) menciona, ligado a estudos de Vygotsky, quando ele utiliza a palavra *perejivanie* (vivência) para se referir à unidade pessoa-

ambiente social de desenvolvimento. Ou seja, de acordo com Prestes (2010, p. 120), essa palavra, por exemplo, “não diz respeito a uma particularidade da criança e nem ao ambiente social em que ela se encontra, mas à relação entre os dois”. Assim, “não existe ambiente social sem o indivíduo que o percebe e o interprete. O ambiente social é uma realidade que envolve o ambiente e a pessoa, é o entre”.

A partir desse prisma, investigamos uma escola nas dimensões do desprendimento, da simplicidade, da cooperação, da abertura para o outro ou da liberdade de as pessoas serem realmente aquilo que elas eram. Os múltiplos indicadores socioeconômicos que balizam a escola hoje parecem, em sua grande maioria, partir do princípio de carência. Contrariamente, discutimos como eixo de nosso estudo as concepções que permearam as relações interpessoais na escola que se destinava a estudantes pobres materialmente, e como os estudantes conseguiam ser pessoas plenas. Pretendemos, assim, nesta comunicação ultrapassar as dicotomias socioeconômicas vinculadas às estratificações de classes sociais, especificamente opor pobres e ricos. Isso porque acreditamos que a todos, sem exceção, ricos e pobres, Cristo impôs como norma suprema o amor ao próximo e a caridade ativa, como bondade, no sentimento de fraternidade humana, como expressão digna de se tornar pessoa.

A escola e o ser pobre

A escola justa oferece o bem comum, “uma cultura comum independentemente das lógicas seletivas” (DUBET, 2008, p. 13), pois, na maioria das vezes, os objetivos da escola dita cidadã podem não coincidir com os objetivos de uma educação empresarial e de mercantilização dos direitos. É fato que o conhecimento passou a ser a mola-mestra da sociedade capitalista e não mais a propriedade privada. Sendo assim, a educação tem seu papel, em nossa sociedade, pelo menos em boa parte da sociedade ocidental, de representar os interesses de quem comanda os imperativos econômicos. Nesse sentido, os documentos do Banco Mundial coincidem muito com o que os livros didáticos introduzem na sala de aula.

Sob a égide de mecanismos para controlar e reduzir a pobreza, os indicadores estatísticos e metas das agências internacionais colocam em xeque o gerenciamento das escolas públicas. Esse gerenciamento adota princípios tutelares privatistas voltados para o mercado, o consumo e a força de trabalho, direcionados aos pobres (SILVA, 2011).

Assim, partimos da formulação de alguns princípios que modulam a ação dirigida à pobreza e as relações que a pobreza produz na perspectiva da bem-aventurança, de ser uma

pessoa pobre no espírito no âmbito escolar. Então, com base nisso, apresentamos os seguintes princípios:

- 1) Entender que a pobreza não é somente carência material. Independentemente dos bens materiais, ações criativas podem ser desenvolvidas: viver e criar com o que está à disposição.
- 2) Procurar sempre um bem, nunca um mal menor.
- 3) Assumir a pobreza como um desafio. A pobreza desafia o estudante pobre e, para isso, a escola deve fortalecê-lo; a escola pode ajudar esse estudante a ultrapassar os desafios inibidores de capacidades.
- 4) Acreditar na autonomia do pobre. Em qualquer situação adversa, o estudante pobre tem o direito de decidir sobre si, afinal, ele deve exercer a sua liberdade; a escola, em vista disso, facilitará para que as pessoas possam fazer as suas escolhas.
- 5) Entender que as pessoas pobres têm interesses e desejos próprios que vão além da mera sobrevivência física.

Partimos do princípio de que educação é abertura permanente à renovação, independentemente de classe social. Pela educação, aprimoramos a vida humana, olhamos as relações que estabelecemos com os outros, com o mundo e com os olhos da fé, relacionamo-nos com o transcendente, remetendo-nos às condições para a criação da existência. Como pessoas, somos seres de relações que transcendemos a nós mesmos, por estarmos nos superando a cada instante a partir das relações que estabelecemos com os demais seres. Por isso a educação implica ética por buscar humanizar o mundo. É da natureza dela de ser mais, o que demarca radicalmente nossa presença no mundo. Conscientes de que não estamos só neste mundo, a educação pode nos tornar pessoas de escolhas, de decisões, tornando-nos presença no mundo. Pode-se, por meio dela, romper com o já estabelecido, cultivar a esperança de novos começos.

Acreditamos em uma educação que não se esconde e se neutraliza nas dominações de políticas que alienam alunos, professores e famílias. Uma educação que liberta as pessoas de todo e qualquer tipo de situação que a leve à submissão em que vivam. Este talvez seja o maior compromisso ético que a escola tenha que assumir: ajudar a transformar as realidades de injustiças presentes no mundo, pois, como pessoa ética, assume o compromisso de uma

comunidade justa. Ou seja, educar para a convivência; a própria escola não é uma instituição isolada, alheia ao contexto social do qual faz parte.

A escola é local de educação, não só para aprender uma competência técnica; educar é mais que isso, é preparação para o mundo adulto. A escola faz opção ética pela criança quando assume a sua formação na integralidade, tanto cognitiva como afetivamente, assume o fazer pedagógico nessa direção. Ela ensina a criança a se defender do mundo e não se fecha à novidade que a criança traz. Por isso a tarefa do educador se torna difícil, porque ele acolhe o que de novo a criança traz, sem destruir o mundo, e entrega o mundo velho à criança sem que ela possa destruí-lo.

Contrariamente a essa concepção de educação e de escola, a pobreza material, pela ótica econômica, não pode ser relegada a acontecimentos humanos de fragilidade ligada aos bens materiais. Sabe-se, em parte, que essa fragilidade se atrela à dimensão do ter, e que este representa na vida das pessoas um indicador de se ela é considerada pobre ou não. Por essa fragilidade, a desqualificação e despotencialização social encontram refúgio nas pessoas pobres, reverberando no âmbito escolar como o lugar de confinamento dos pobres (CERQUEIRA, 2010).

Quando enfatizamos a pobreza e a pessoa do pobre sob a perspectiva das bem-aventuranças, discutimos a dimensão da espiritualidade como uma força para a mudança. Uma mudança que provoque a congruência entre o material e a espiritualidade. Entendemos a espiritualidade como a capacidade de pensar, sentir e agir com base na crença de que exista algo maior do que os aspectos materiais. É a dimensão que a vida oferece ao ser humano para que ele entenda que não está sozinho. Por ela, perpassam os elementos comuns da vida, liga-se ao amor, à fraternidade, à esperança, à liberdade, à equidade. O Deus do pobre no espírito é um ser amoroso, cuidadoso, que se coloca numa relação do cuidado, portanto, tem como pressuposto a ética.

A escola que se baseia nas relações éticas preocupa-se com a existência humana em ser mais, em sentido de inacabamento, de incompletude, de ser pobre no espírito, como vimos anteriormente. Por isso, a escola se torna um lugar para o coletivo, baseando-se nas relações comunitárias e apostando na liberdade de cada um de seus membros. Esse tipo de educação está ligado à emancipação e está contra todas as formas de exploração das pessoas. Conecta-se com as sensibilidades individuais e coletivas, em especial com os pobres, por viverem, em sua maioria, privados de alguns de seus direitos fundamentais, como forma opressora de

viver. Talvez aqui a escola passa a cumprir seu papel de restaurar a dignidade humana de viver, contrapondo-se ao sistema perverso capitalista, que valoriza aspectos econômicos. Essa escola cumpre seu papel de ensinar às novas gerações quando possibilita às crianças, adolescentes e jovens viverem em comunidade e quando diz à sua comunidade educativa que ela não é transmissora dos imperativos econômicos. Uma escola, ao fazer a opção pela pessoa do pobre, valoriza a pessoa como ela é; aposta em uma educação que melhora a condição humana e contribui para o desenvolvimento das pessoas.

Vale salientar que consideramos a bem-aventurança do ser pobre no espírito por nos dar condições de entender as relações autênticas dos seres humanos em vista de uma vida feliz. Consideramos que um professor seja pobre no espírito quando ele lida com o estudante como um ser pleno de competências e capacidades. Ser pobre no espírito é a contrapartida para lidar com quem é pobre materialmente. Não é mudar a condição do outro para nos relacionarmos com ele. Essa atitude faz com que nos despojemos ante a condição do outro e acolhamos a pessoa do outro em toda a sua integridade. Tornamo-nos igualmente pobres quando o nosso coração se sintoniza com esse outro. Nesse caso, tudo indica que a pessoa pobre no espírito tem um sentido ético voltado para a alteridade.

Quando Jesus deu à ideia do pobre uma dimensão plena e transcendental, ele também compreendeu que o pobre estava ligado ao necessitado, aquele que tinha carência que lhe dificultava viver humanamente. Na concepção teológica de pobreza cristã, bem-aventurado é aquele que se dispõe a realizar um trabalho interior em sintonia com Deus, abrir-se na atitude de liberdade e independência interiores, enaltecendo a própria dignidade da pessoa. A vivência da bem-aventurança, pela ótica cristã, escolhe o caminho para uma vida feliz, uma vez que promove a vida digna. No centro está a busca da justiça. Abandona, por assim dizer, a espiritualidade da dor e do sacrifício, como bem aponta Castillo (2012), e coloca em seu lugar a espiritualidade da felicidade como projeto de vida para tornar as pessoas felizes, inclusive aquelas das quais não se espera que possam sê-lo, os pobres materialmente.

O pobre pela ótica teológica cristã

O pobre, em língua hebraica — *‘aní* —, está ligado à cosmogonia, à obra criadora de Deus, ao caos, ao vazio, ao nada e de onde Ele pode agir. Em Gelin (1973) e Oliveira (2005) encontramos três palavras em hebraico que fazem referência ao campo socioeconômico: *‘aní* — geralmente traduzida por pobre, dependente, humilhado, aflito. A palavra no plural

corresponde a *anawim*. Diante dele está o opressor. Outro sentido semântico é o de *’Èbyon* — com foco na pessoa indigente, mutilada, sem dinheiro, necessitada, desvalida, desamparada, mas também considerada o pobre “desejoso”. Esse tipo de pobre mendiga porque é privado da satisfação das necessidades básicas de alimentação e vestuário. É o indigente, o necessitado, indefeso diante dos poderosos; um oprimido que clama por justiça. Nesse estágio, geralmente, indica estar em pecado diante de Deus. E, por fim, *dal* — entendida também como a pessoa na condição de desvalida, sem meios, fisicamente fraca e socialmente sem prestígio ou importância. Por ser fraca, pequena, torna-se, frequentemente, oprimida. Dessa forma, designam o ser pobre como indigente, necessitado, vítima de injustiças, ou mesmo depositário de sentimento ou atitude de sofrimento e humildade.

No Antigo Testamento, a pobreza ora aparece como vergonha ou castigo, preguiça e descaso, ora como abençoada e predileta de Deus. Por outro lado, ser nada, estar completamente aberto, é a condição para acolher o Absoluto.

De qualquer forma, nossos idiomas modernos traduzem a pobreza como ausência de bens, dão uma conotação econômica, a exemplo das línguas grega e latina. Porém, no testamento bíblico, o pobre é menos um indigente que um inferior, um pequeno, um oprimido: trata-se de uma noção social (SANTA ANA, 1980). De modo igual, *anawim* pode ser traduzido como pobres, infelizes, pequenos, humildes ou sofredores. Aqueles que se reconhecem pequenos diante de Deus, que se curvam diante dele. Essa acepção dá-nos um indicativo conotativo de atitude interior. São os oprimidos, sujeitos às perseguições, despojados de seus bens, envolvidos em uma trama de infelicidade.

Biblicamente, Hayen e Régamey (1965) defendem que os *anawim* não eram considerados para este mundo, eram reduzidos ao mais baixo nível: tornavam-se “húmus”, em sentido de rebaixamento e curvatura diante da pobreza. A força do abandono do mundo condicionava essas pessoas a se realizarem no encontro com Deus. O desamparo do mundo aos *anawim* encontrava lugar e proteção no coração de Deus. É bom lembrar, todavia, que eles não se amarguravam, embora se considerassem um “nada” diante Dele, pois estavam disponíveis à Sua vontade. Por isso, ao empregarem a palavra *pobre*, os textos testamentários expressam toda e qualquer espécie de miséria e aflição, seja qual for a causa. Ela não está ligada, somente, a uma pessoa carente de bens materiais, mas a toda aquela que sofre o aniquilamento e, portanto, experimenta o despojamento. Segundo essa visão, ser pobre é ser

manso, humilde, modesto, bom e justo, igualmente, virtudes teológicas encontradas nas bem-aventuranças.

Os pobres nessa condição têm a capacidade de acolher a Deus, numa abertura e disponibilidade para Ele. Tal ideia decorre de que o primeiro defensor dos pobres é Deus. Dentro dessa linha, consideramos que a pessoa nessa situação não tem com quem contar no mundo e torna-se objeto do amor misericordioso de Deus. Desse jeito Ele se manifesta, em sua infinitude, por meio da abertura das pessoas. Em outros termos, o pobre no espírito torna-se aberto a Deus, na disponibilidade de quem o espera.

Os autores neotestamentários tinham em mente, ao se referirem aos pobres, não somente os grupos economicamente desprovidos, mas também aqueles que não tinham *status* social para governantes estrangeiros ou para autoridades de seu próprio povo. Desse ponto de vista, a palavra pobre não estava confinada, exclusivamente, àqueles que tinham pouco ou nenhum dinheiro. Com isso, à época de Jesus, os pobres eram identificados mais como *'aní e 'Ébyon*. Na língua grega, o pobre corresponde, àquela época, ao termo *πτωχός (ptôchós)*, em sentido de estar curvado ou em atitude de humilhar-se diante de alguém (OROFINO, 2011). Mas também se dizia pobreza com a palavra *ἀπορία (aporia)*, como falta de caminho (WAGNER DE REYNA, 1982), situação sem saída, sem salvação e em estado de angústia. Já na língua latina, a característica mais importante do *pauper* (pobre) era a sua dependência, por ter pouco (WAGNER DE REYNA, 1982; MOLLAT, 1989). Podemos inferir que as raízes latinas mostram aspectos do pobre quantitativamente, enquanto na concepção grega tem um sentido mais qualitativo, por remeter às circunstâncias negativas de ordem biológica e psicológica.

Mas, para o nosso entendimento de pobreza hoje, como uma condição social, foi importante nos fixar na palavra *pobre*, de etimologia latina, pois o *pauper* passou de adjetivo a substantivo, ao se identificar como categoria social — estado daquele que possui pouco e que é capaz de produzir pouco. Importante frisar que, desde o século XII, a pobreza foi reconhecida como condição social. Essa nova visão substituiu a visão anterior de pobreza como fraqueza ou culpa.

Pobre no espírito

Em contrapartida, notamos que a pessoa pobre na perspectiva da ética cristã, amparada pelas bem-aventuranças, contidas no Evangelho de Jesus Cristo, segundo São Mateus, passa a

ter imperativo ético. Pois trata do encontro com Deus que possibilita a ressonância existencial da pessoa inteira. Afinal, a pessoa abre-se a Ele e ao mundo. O modo de vida traçado pelo Sermão da Montanha é, segundo Håring (1970, p. 22), o oposto “aos desejos mesquinhos do homem escravo do próprio eu, e, ao mesmo tempo, corresponde à mais profunda aspiração do coração humano, à alegria e à felicidade”. Alegria e felicidade que apontam para a realidade primeira, na condição de princípio como valor maior e absoluto em Deus. Um Deus que se revela e permite à pessoa experimentá-lo como um Ser da humanidade, portanto, nossa relação torna-se soro-fraterna, ou seja, convivência de irmãs e irmãos na gratuidade. Esta ética ampara-se no mais íntimo da pessoa: o seu ser abre-se para a comunidade.

Dessa feita, o que é ser pobre no espírito? Na visão cristã, pela participação íntima com Deus, o espírito não pode se separar Dele; com isso, cada um de nós pode participar do Absoluto. No entanto, a pessoa se afasta de Deus na medida em que se apega a si próprio e se completa por si mesmo. Ao contrário, o espírito que se aventura a participar de Deus une-se com o que há de mais profundo. Dessa sorte, a pessoa fica mais aberta ao Evangelho para acolher o Reino que Jesus proclamou e consegue inverter a lógica escravizante da riqueza pelo espírito libertador da pobreza e do amor fraterno. Vivenciar o desapego das coisas materiais, a confiança em Deus e o uso generoso dos bens em proveito dos demais introduz verdadeiramente ao Reino dos Céus no mundo, visto que o Evangelho ordena o amor e o cuidado pelos pobres, o espírito que se inclina e exalta o amor à pobreza, um cuidado que tem como base a ética, um espaço que se cria para dar lugar à outra pessoa. Dentro desta linha, a colaboradora deste estudo, a professora Pilar, expressou que:

às vezes, na zona rural, você vê que a mãe, mesmo sem saber ler, sem saber nada, dá para o seu filho muito mais apoio do que uma mãe que tem dinheiro. A gente vê que são crianças mais inteiras, crianças mais donas de si. Com todas as crises que se instalam na família, bebidas, falta de dinheiro, todas essas questões não sufocam o cuidado da pessoa pobre que tem pela outra. Acho que a relação é diferente, pela pessoa não ter muita coisa.

A condição própria dessa união é que a pessoa se entregue à conversão de seu espírito e tome consciência de que as coisas tomadas em si mesmas nada são. Na humildade da crença de que as coisas vêm de Deus, é que o ser pode abrir-se ao mundo. Todavia, as alegrias são produzidas por meio de uma atitude de despojamento, como no depoimento de D. Juna, moradora do assentamento rural, ao se referir à sua condição de pobreza material:

A gente pode não ter nada, mas a gente se sente protegida pelos vizinhos, é uma grande lição de amor ao próximo. Aqui que nós vive rodeada de muito amor. Graças a Deus não falta nada, e do pouco que se tem ainda sobra para os outros.

O sentido de ser pobre, na ótica das bem-aventuranças, é essencialmente inseparável do amor ao próximo, sem o qual não há identidade cristã, da mesma forma que a pessoa é com, para e como o outro. A todos, sem exceção, ricos e pobres, Cristo impôs como norma suprema o amor ao próximo e a caridade ativa, como bondade, no sentimento de fraternidade humana, como expressão digna de se tornar pessoa.

Queremos afirmar, com isso, que a perspectiva da felicidade dos pobres tem implicação com a alteridade, portanto, ética. Parte de uma categoria social, pobres e ricos, com consequências éticas. O pobre no espírito transcende o pobre considerado objetivamente. A pessoa torna-se vulnerável, sem recursos e esperança, entra em estágio de dependência.

O que Jesus Cristo estabeleceu, por meio do pobre no espírito, foi um imperativo ético. Tornar-se pobre é se perceber necessitado, despojar-se e unir-se à pobreza diante de Deus. Em outras palavras, ser pobre no espírito significa ter se esvaziado de todo o desejo de exercer sua vontade própria, renunciar a todas as opiniões preconcebidas e buscar de todo o coração o encontro com Deus. As pessoas nesse estágio estão prontas para começar de novo e aprender uma nova vida. Esse tipo de pobreza liberta no amor incondicional.

Bem-aventuranças em hebraico, *אשר* (*ashar*), significa estar em marcha, no sentido de caminhar, prosseguir, partir. Em relação a esta palavra hebraica, Oliveira (2005, p. 15) considera que ela “traz dentro de si o dinamismo da marcha para a salvação introduzida na vida humana, em direção ao Reino”. A pessoa bem-aventurada alegra-se em desfrutar das bonanças que se dão ao longo da vida. As bem-aventuranças tornam-se um caminho para uma vida livre; elas contêm palavras de sabedoria que nos mostram um caminho ético. Sabedoria esta em reconhecer as razões da existência na visão interior do ser, da consciência íntima e do encontro amoroso de quem caminha conosco, o próprio Deus. O bispo Dom Hélder Câmara (1976, p. 27), ao poetizar sobre partir ou caminhar, destaca: “Partir, mais do que devorar estradas, cruzar mares ou atingir velocidades supersônicas, é abrir-se aos outros, descobri-los, ir-lhes ao encontro”. Caminho concreto para viver a felicidade de uma experiência de liberdade em Deus que possibilita à pessoa a abertura de espírito. Nessa condição, a pessoa abre-se aos outros e dispõe-se a encontrá-los.

Segundo essa linha de pensamento, pessoa infeliz, ao contrário, quer dizer pessoa parada, imobilizada sobre si mesma, estática na própria imagem, não há outro caminho que

não a leve somente a si mesma, vive envaidecida de si mesma, fecha-se sobre a sua vontade. Esse tipo de caminho não vislumbra horizontes, fecha-se em si mesmo.

A beatitude ou felicidade, na tradição cristã, está em direção à plenitude, uma plenitude antes vazia, pronta para receber; sem essa vacuidade, não há lugar para acolher o outro. Não se vive uma vida feliz no isolamento, fechado em si mesmo. Decerto que Deus, ao se revelar aos homens, abre uma fenda para a relação, assegurando que a pessoa, fundamentalmente, não exista sozinha.

Em relação ao acolhimento do aluno pobre, os professores das escolas se manifestaram que acolhiam os seus alunos. A professora Jaqueline, recém-contratada da escola, reconheceu que foi:

acolhida muito bem por todo mundo, pelos alunos, pela direção, pelos outros colegas. Então, a escola que eu encontrei, ela tem um pouco dos ideais que eu sempre tive de escola: acolhedora. Por isso que quando cheguei aqui me identifiquei como se eu já conhecesse isso há muito tempo. Esta escola valoriza o ser humano em suas múltiplas dimensões.

Sobre as bem-aventuranças, no Sermão da Montanha, Cantalamessa (2003, p. 30-31) reforça que “é preciso pedir ao Espírito Santo que nos enamore da pobreza, pois quem dela está enamorado há de descobrir sem dificuldades as trilhas e maneiras de praticá-las”. Com efeito, os ditosos ou felizes que este Sermão aponta, de acordo com o pensamento cristão, sabem viver bem, estão em condições de entrar em vida plena. Essa pobreza atinge a pessoa interiormente e a permite usufruir do “Reino dos Céus”, na qualidade de os pobres no espírito. A tradução do termo hebraico *צֶמֶס* (céus) não tem singular e substituiu a palavra *Deus*, nome que os judeus tinham receio de pronunciar. Dado que o Evangelho de São Mateus teve como destino a comunidade judaica, por isso que o Reino é dos Céus. O Reino é para os pobres, não porque são em si bons nem melhores do que os ricos, mas na condição de sua pobreza e indignidade. Com efeito, essa felicitação começa no mundo.

Outrossim, para este estudo, a escolha do discurso de Jesus Cristo, segundo São Mateus, acentua os pobres no espírito, expressão tomada do profeta Isaías (Is 57,15), no sentido de que Deus está “junto ao abatido e humilde, a fim de animar o espírito dos humildes, a fim de animar os corações abatidos” (BÍBLIA, 1995, p. 1456); e não somente “os pobres” materialmente ou socialmente, como São Lucas tratou em seu Evangelho (Lc 6,20): “Felizes vós, os pobres, porque vosso é o Reino de Deus!” (BÍBLIA, 2002, p. 1221). Notei em São Lucas que o pobre é aquele que sofre opressão e está à margem da sociedade. Em

outros termos, a pobreza evoca imediatamente um contexto social, ao passo que em São Mateus a bem-aventurança dos pobres permite uma transposição espiritual; são todos aqueles que se convencem da indigência espiritual, não tendo em si mesmos seu ponto de apoio.

No espírito reside o mais íntimo do ser humano e é lá onde reside a nossa pobreza. Com certeza, o pobre no espírito com vistas a Deus “sente-se também um indigente, pois o ser humano não pode dispor do espírito do Senhor” (ZEILINGER, 2008, p. 47-48). Por conseguinte, o pobre no espírito torna-se indigente em sua autossuficiência, mas, contrariamente, encontra-se rico no relacionamento para com Deus.

Com isso, ao se colocar na presença de Deus, na pobreza, a pessoa se vulnerabiliza diante de sua intervenção. Dessa forma, Deus dá um coração novo ao homem em lugar de um velho que está impregnado de intenções paralisantes que o impedem de ser melhor. Contrariamente, por meio de um coração novo, a pessoa se abre a acolher a graça divina, à novidade, própria de algo novo que pode surgir desse encontro. Isso nos faz lembrar outra passagem bíblica, no Antigo Testamento, retirada do livro de Ezequiel (Ez 36,26): “Dar-vos-ei um coração novo, porei no vosso íntimo um espírito novo, tirarei do vosso peito o coração de pedra e vos darei um coração de carne” (BÍBLIA, 1995, p. 1659). A vida pobre e os ensinamentos que Jesus pregou e que revelam um modo de vida baseado na liberdade trazem consequências no agir humano; portanto, têm implicações éticas para a vida em comunidade.

Considerações finais

Diante do exposto até aqui, podemos assegurar que a pessoa pobre é aquela que situa a pobreza em uma condição de ser. Ter a liberdade de despojar-se para enriquecer-se na graça diante do outro. A riqueza, contrariamente, opõe-se àquele que tudo quer, em ter coisas materiais, riquezas intelectuais e espirituais, ter a verdade e ter a Deus.

Explicitamos que a pobreza como valor se renova pela capacidade de agir que a pessoa tem em relação aos demais. A escolha que a pessoa faz de ser pobre no espírito, como condição de se viver, pode ser considerada uma virtude. O pobre, nessa condição, libertado da negação da pobreza material, recompõe-se como testemunho vivo da ética cristã: amar a Deus e ao próximo como a si mesmo. O sinal de tal testemunho advém da gratidão, da comunicação de bens, da partilha, da solidariedade para com os outros. A solidariedade, desse ponto de vista, entrelaça-se como abertura aos demais, na condição de um suporte ético e fundamento para todas as relações humanas.

Quem faz a opção por esse tipo de pobreza, de vivê-la no espírito, como imperativo ético, compreende que essa orientação encaminha a pessoa à liberdade. Entretanto, sabemos que quem se coloca na lógica do ter possui medo e insegurança, resulta em escravo de si mesmo e das coisas, constitui-se em rival de quantos ameaçam sua segurança. Em contrapartida, aquilo que não se tem não se teme perder, pois só se perde o que se tem.

Tentamos apresentar aqui a estética da pobreza e um jeito de ser pobre que luta contra o rígido racionalismo e resgata a heterogeneidade do ser humano. Esse tipo de estética aposta no diverso, na inovação, na pluralidade, no direito de ser pobre e do reconhecimento como pessoa plena. A escola, nesse sentido, ampliou o sentido ético ao permitir que a sensibilidade das pessoas fosse demonstrada e deslocou o senso restritivo dos campos macroeconômicos para um outro patamar. Afinal, a estética da pobreza começa a influenciar a ética do ser pobre quando há o reconhecimento do outro e a preocupação de se manter no nível das relações comunitárias, como possibilidade de se viver neste mundo e com o propósito de renovação. Com isso, suspeitamos que avancei no entendimento do conceito de pobreza, ao transgredir o aspecto econômico do termo.

A primeira opção que a escola faz pelo pobre é a de se concentrar nos pobres reais, aqueles que vivem a pobreza material, entendendo que essa realidade de pobreza não reduz, em si, a pessoa do pobre. A presença dos pobres na escola deve nos mover a descobrir os verdadeiros mecanismos que geram a pobreza material. Os mecanismos econômicos, políticos ou culturais não se coadunam com a posição de neutralidade que a escola vem tomando em relação aos pobres. Isso equivale a dizer que, como instituição inserida em uma organização social, a escola não pode legitimar a ideologia dominante de reprodução das relações sociais vigentes.

A escola, ao fazer a opção pelos pobres, anuncia uma vida baseada em valores. Valores estes que contrastam com a atual dinâmica de consumismo e de experiências de individualismos que solapam nossa população. Essa escola privilegia as relações para que a pessoa se torne pobre no espírito e vivencie a sensibilidade ante a frieza que muita gente tem experimentado como forma de viver o individualismo. Busca-se a simplicidade diante das sofisticadas relações de consumo e esnobismos.

Vive-se a generosidade em oposição ao apego aos bens materiais. Incentiva-se uma cultura da solidariedade no ambiente escolar como resposta aos meios disseminados como competição e a eliminação dos “concorrentes”. Pela solidariedade, a escola se compromete às

mudanças que superam as injustiças. Ela se solidariza com as pessoas para lutarem contra a pobreza desumanizante. E, por fim, como alternativa ao isolamento, a escola propicia momentos comunitários e coletivos como formas de comunicação e de vivência em espaços verdadeiramente democráticos, onde a pessoa que vive o ser pobre no espírito o experimenta com alegria e esperança, na festa da comunhão.

Essa opção oportuniza, aos estudantes, o sonho de crescer como pessoa, conscientes de que cada um tem um papel importante na sociedade e contribui para se viver relações dignamente comunitárias. A escola, ao procurar entender a si mesma e olhar o mundo a partir dos pobres, ajuda a promover a justiça social, denunciando o flagelo humano de uma pobreza causada por sistemas político-econômicos perversos.

A escola, ao acolher as necessidades dos pobres, as suas aspirações se legitimam, como maneira de se ver a vida na esfera da própria comunidade. Essa opção tem uma preferência por um serviço que vai ao encontro da pessoa humana. O sentido pleno e radical dessa opção que a escola faz pela pessoa do pobre se manifesta na acolhida à pessoa por inteiro. Efetiva-se no encontro com a pessoa, como experiência original que permite viver, no seio da comunidade escolar, relações verdadeiramente capazes de transformação. Chamamos isso de milagre da esperança contra toda possibilidade de esperar as fatalidades do cotidiano. No fundo, a escola faz a opção pelos pobres e rejeita os mecanismos que suportam a pobreza material ou extrema.

Viver para o outro pode acompanhar o sentido de viver com os outros. De todas as coisas, a esperança, o amor, a gratuidade e a solidariedade se confirmam na presença das relações entre os homens. A condição de ser pobre no espírito consiste em transformar algo de impotente e de miséria material em uma atitude de receptividade diante do outro. O que a escola faz pelos pobres é uma expressão de caridade que alcança uma outra lógica de viver em comunidade: o amor ao próximo que harmoniza e integra sentimento e razão em vista da pessoa e do outro. Ao aproximarmo-nos do outro, apreciamos os seus valores e o modo próprio de se viver. Se quisermos testemunhar uma vida digna de ser vivida na sociedade, temos que oportunizar práticas comunitárias.

Os conceitos clássicos de pobre parecem já não mais nos ajudar a compreender o que seja ser pobre; eles se tornaram, ao que tudo indica, insuficientes. Com o novo entendimento do que é ser pobre no espírito, e quando a escola faz a opção por esse tipo de ser humano, ela nega a política do ter mais e deixa de persuadir as pessoas de que elas precisam se tornar

ricas. Ser pobre no espírito é se tornar menos dependente dos bens materiais, de modo a ser capaz de usá-los ou não os usar. Concretamente, para isso, a escola escolhe formas de gerir programas educacionais voltados para um currículo que atenda a esse modo de servir à sociedade.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **A condição humana**. 11. ed. rev. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. 4. ed. rev. atual. Lisboa: Edições 70, 2013.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. 9. ed. rev. Tradução de Euclides Martins Balancin... [et al.]. São Paulo: Paulus, 1995.

_____. Português. **Bíblia Sagrada**. 2. ed. Tradução de CNBB. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

CÂMARA, D. H. **O deserto é fértil**: roteiro para as minorias abraâmicas. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

CANTALAMESSA, R. **A pobreza**. 3. ed. Tradução de Maurício Ruffier. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

CASTILLO, J. M. **Espiritualidade para insatisfeito**. Tradução de José Bortolini. São Paulo: Paulus, 2012.

CERQUEIRA, M. B. **Pobres, resistência e criação**: personagens no encontro da arte com a vida. São Paulo: Cortez, 2010.

DUBET, F. **O que é uma escola justa?** A escola das oportunidades. Tradução de Ione Ribeiro Valle. São Paulo: Cortez, 2008.

GELIN, A. **Os pobres que Deus ama**. Tradução de José Raimundo Vidigal. São Paulo: Paulinas, 1973. (A palavra viva, 5).

HÄRING, B. **O que Cristo quer de nós**: a moral do Sermão da Montanha. 2. ed. Tradução de Honório Dalbosco. São Paulo: Paulinas, 1970. (Revelação e Teologia, 3).

HAYEN, A.; RÉGAMEY, P-R. Une anthropologie chrétienne. In: COTTIER, G. M.-M et al. **Église et pauvreté**. Paris: Éditions du Cerf, 1965. p. 83-133. (Unam Sanctam, 57).

JOSSO, M-C. **Experiências de vida e formação**. Tradução de José Cláudio; Júlia Ferreira. São Paulo: Cortez, 2004.

MOLLAT, M. **Os pobres na Idade Média**. Tradução de Heloísa Jhan. Rio de Janeiro: Campos, 1989.

OLIVEIRA, I. B. de. **Caminhar para o Reino com as bem-aventuranças**. São Paulo: Paulinas, 2005. (Teologia bíblica).

OROFINO, F. A categoria *pobre* na Bíblia: permanência e mudança. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de (Org.). **Opção pelos pobres no século XXI**. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 123-138. (Cidadania).

PASSEGGI, M. C. (Org.). **Tendências da pesquisa (Auto)Biográfica**. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008. (Pesquisa (Auto)Biográfica ∞ Educação, 3).

PRESTES, Z. R. **Quando não é quase a mesma coisa**: análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil. Repercussões no campo educacional. 2010. 295 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SANTA ANA, J. **A Igreja e o desafio dos pobres**. Tradução de Edda Mastrangelo Dias. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1980.

SILVA, M. A. da. A questão docente nas políticas públicas. In: CUNHA, C. da; SOUSA, J. V. de; SILVA, M. A. da. **Políticas públicas de educação na América Latina**: lições aprendidas e desafios. Campinas: Autores Associados; Brasília: Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, 2011. p. 325-345. (Políticas públicas de educação).

WAGNER DE REYNA, A. **Pobreza y cultura**: crisis y concierto. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 1982.

ZEILINGER, F. **Entre o céu e a terra**: comentário ao sermão da Montanha (Mt 5-7). Tradução de Paulo F. Valério. São Paulo: Paulinas, 2008. (Bíblia e História. Série Maior).